

O NOVO MODELO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Revista Dados 11, 1973: 122-145, and
Desarrollo Económico - Revista de Ciencias Sociales, 55, vol.14, October-December 1974.

Tudo indica que o Brasil está entrando em um novo modelo histórico de desenvolvimento econômico e político. Durante o Século XIX e até 1930 o Brasil desenvolveu-se de acordo com o modelo primário-exportador. Era um modelo de desenvolvimento voltado para fora, produto do grande desenvolvimento do comércio internacional e da divisão internacional do trabalho ocorrido a partir, principalmente, de meados do Século XIX. A partir de 1930 - com a crise do sistema capitalista internacional - tem início no Brasil um segundo modelo de desenvolvimento: o modelo de substituição de importações.

A industrialização brasileira realizou-se de acordo com esse modelo de desenvolvimento. A economia voltou-se para dentro. O coeficiente de importações, ou seja, a relação entre as importações e a renda, baixou violentamente. Girava em torno de 22% no fim dos anos vinte e havia caído para aproximadamente 7% no início dos anos sessenta. A industrialização realizou-se com a substituição dos bens anteriormente importados, enquanto que as exportações permaneciam relativamente estagnadas.

Este modelo de desenvolvimento, embora desse origem a uma série de graves distorções na economia brasileira, era provavelmente a única alternativa viável através da qual poder-se-ia realizar a industrialização do país. Entre 1930 e 1960 elevadas taxas de desenvolvimento foram alcançadas. A economia sofreu profundas modificações. Um grande parque industrial, integrado e tecnologicamente sofisticado, foi montado no sul do país, tendo como pólo São Paulo. Modificações estruturais correspondentes ocorrem no plano social, político e ideológico.

Entretanto, por razões que já foram analisadas exaustivamente em outras oportunidades por Celso Furtado¹, Maria Conceição Tavares², Sunkel e Paz³ e muitos outros autores, o modelo de substituição de importações esgotou suas virtualidades econômicas a partir, aproximadamente, do início dos anos sessenta.

Por esta razão e também por uma série de outros fatores tanto estruturais como conjunturais, a economia brasileira entrou em crise. A taxa de crescimento da renda, que se mantivera em níveis extremamente elevados até 1961, começou a cair verticalmente a partir de 1962. O período de 1963 a 1965 foi de grave crise econômica. A renda per capita brasileira cresceu a taxas negativas nesses três anos. De um modo geral, o desempenho da economia brasileira, entre 1962 e 1967, foi bastante desfavorável. Especialmente a partir de 1968, porém, entramos em uma fase de decidida recuperação econômica. Nesse ano, em 1969 e em 1970 a renda cresceu às elevadas taxas de 8,4%, 9% e 9,5%, respectivamente.

Durante o ano de 1971, apesar da recessão que ocorria nos Estados Unidos, a atividade econômica continuava firme no Brasil, o nível dos investimentos mantinha-se elevado, as exportações prometiam girar em torno de três milhões de dólares, as exportações de manufaturados apresentavam grande crescimento, o déficit de caixa do governo estava controlado, e os preços cresciam à uma taxa decrescente.

As causas dessa recuperação econômica estão relacionadas a três fatores fundamentais. De um lado, temos a política econômica do governo, a partir de 1967. Essa política, realizada principalmente ao nível do Ministério da Fazenda, e, portanto, conjuntural, foi particularmente feliz no sentido de reequilibrar a economia brasileira, conciliando uma elevada taxa de desenvolvimento com uma inflação moderada. Aproveitando as medidas racionalizadoras positivas do governo anterior (1964/66), e não incorrendo nos mesmos erros, a política governamental logrou restabelecer o equilíbrio entre a procura e a oferta agregadas, diagnosticar e contornar a inflação de custos, desenvolver o mercado' de capitais, estimular as exportações, dar tranquilidade econômica à classe empresarial, e permitir que a capacidade ociosa representada na economia fosse em parte eliminada.

¹ - Celso Furtado, *Dialética do Desenvolvimento*, Editora Fundo de Cultura 1964, Rio de Janeiro, p. 109-36.

² - Cf. Maria Conceição Tavares, "Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil", em *Boletim Econômico da América Latina*, vol. IX, n.0 1, março de 1964.

³ - Oswaldo Sunkel e Pedro Paz, *Desarrollo Económico*, edição mimeografada, ILPES, 1969, Santiago, p. 333-56. Em 1970 este livro foi publicado pela Editora Siglo XXI, México.

Quadro 1 - Taxa de Crescimento do PNB

Ano	%
1960	9,7
1961	10,3
1962	5,3
1963	1,5
1964	2,9
1965	2,7
1966	5,1
1967	4,8
1968	8,4
1969	9,0
1970	9,5
1971	11,3

Fonte: Dados revistos da Contabilidade Nacional Brasileira apurados pela Equipe da Renda Nacional da Fundação Getúlio Vargas. Ver *Conjuntura Econômica*, janeiro de 1970 e janeiro de 1971. Os dados de 1971 são estimativas do Ministério da Fazenda.

Além dessa causa de curto prazo, há, porém, duas outras mais profundas. Uma diz respeito ao próprio dinamismo e potencialidade intrínseca da economia brasileira. A outra se refere ao processo de modificação no perfil de distribuição de renda, que passa a ocorrer no Brasil nos anos sessenta.

Na verdade, tudo indica que a crise econômica brasileira de meados dos anos sessenta (1962-1967) está superada. Também está superado o modelo de substituição de importações em que se baseou o desenvolvimento industrial brasileiro entre 1930 e 1961. Entrávamos agora em um novo modelo histórico de desenvolvimento. Antes de defini-lo de forma mais geral, porém, devemos examinar mais especificamente o problema da distribuição de renda no país.

A Distribuição da Renda e a Recuperação da Economia⁴

As causas da crise econômica por que passou o Brasil entre 1962-1967 estão claramente relacionadas com o esquema de redistribuição da renda. A tendência à concentração da renda nas mãos da classe capitalista, a partir de meados dos anos cinquenta, causada pela crescente capital-intensividade dos investimentos realizados, mantinha a economia em um permanente estado de subconsumo. A debilidade da demanda agregada, no que se refere a consumo, não podia ser facilmente compensada por investimentos particulares, já que estes, em última análise, estão relacionados com a capacidade de consumo da população. Em uma economia fechada (como era a nossa do ponto de vista de produção industrial) todo investimento vai resultar, a curto ou a longo prazo, em um aumento de oferta de bens de consumo, que necessitam encontrar mercado. Ora, o momento em que se esgotaram as oportunidades de substituição de importações coincidiu com um processo de concentração de renda, que vinha dificultar gravemente o crescimento do mercado de bens de consumo necessário à manutenção, em nível elevado, da demanda agregada.

Celso Furtado constatou, inicialmente, este fenômeno em *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina*⁵, em que desenvolveu as bases da chamada “tese da estagnação da América Latina”. Em seguida, e coerentemente com o diagnóstico que havia realizado anteriormente, Celso Furtado, em seu livro *Um Projeto para o Brasil*⁶, fez uma proposta para a superação da crise econômica, baseada em um esquema de maior participação do Estado na economia e de distribuição de renda.

Nesse trabalho apresenta-nos Celso Furtado inicialmente um quadro baseado em dados da CEPAL, sobre a distribuição da renda, ou perfil da demanda global, no

⁴ - Parte desta análise foi publicada na revista *Visão*, novembro de 1970. Neste trabalho já estabelecíamos a relação entre a concentração de renda que estava ocorrendo no Brasil e a recuperação da economia brasileira, embora ainda não contássemos com os resultados do Censo. Entramos depois em contato com o trabalho de Maria Conceição Tavares e José Serra, *Mas Alla del Estancamiento: una Discussion sobre el Estilo del Desarrollo Reciente de Brasil*, 1971, mimeografado. Na análise de *O Novo Modelo de Desenvolvimento*, que faremos, usaremos subsídios desse notável trabalho. O novo livro de Celso Furtado, *Análise do Modelo Brasileiro*, 1972, em que aquele autor revê e amplia suas posições anteriores, e se aproxima em muitos pontos da análise aqui realizada, foi publicado posteriormente à redação deste artigo, o qual, em sua primeira versão, foi publicado na 3ª edição de *Desenvolvimento e Crise no Brasil*, Editora Brasiliense, 1972, São Paulo.

⁵ - Celso Furtado, *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina*, Civilização Brasileira, 1966, Rio de Janeiro, p. 77-81.

⁶ - Celso Furtado, *Um Projeto para o Brasil*, Editora Saga, 1968, Rio de Janeiro, p. 37-42 e 49-58.

Brasil, admitindo-se uma população de 90 milhões de habitantes e uma renda per capita de 350 dólares.

Quadro II - Perfil da Demanda Global no Brasil

Grupos	% da população	População 1.000	Renda per capita (dólares)	Renda total (1.000 dólares)	% da renda
1°	50%	45.000	130	5.850	18,6
2°	40%	36.000	350	12.600	40,1
3°	9%	8.100	880	7.128	22,7
4°	1%	900	6.500	5.850	18,6
	100%	90.000	350	31.428	100,00

Fonte: Celso Furtado, Um Projeto para o Brasil, op. cit. p.8. Baseado em dados da CEPAL, Estudios sobre la Distribución del Ingreso em America Latina, Santiago, 1967.

Vemos pelo Quadro II que a concentração de renda é um fenômeno marcante da economia brasileira. 50% da população vive praticamente ao nível da subsistência, com uma renda per capita de 130 dólares. Esses mesmos 50% da população têm uma participação na renda equivalente (os dados são, evidentemente, aproximações) ao 1 % mais rico da população.

Partindo desses dados, e da constatação de que o recente processo de concentração de renda está na base da crise econômica brasileira, Celso Furtado propôs uma política econômica de redistribuição da renda. Esta política seria executada através de um grande aumento da carga tributária sobre os 10% mais ricos da população. Isto implicaria em uma redução de 25% na renda per capita do 4° grupo, que teria sua renda reduzida de 6.500 para 4.875 dólares, e em uma redução de 10% na renda do 3° grupo, que teria sua renda per capita reduzida para 792 dólares. Por outro lado, Celso Furtado estima uma propensão marginal a consumir de 80% para o 4° grupo, e de 100% para o 3° grupo. Nesses termos, dos 1.625 dólares per capita retirados do 4° grupo, a poupança líquida seria de 80% desse valor, ou seja, 1.300 dólares, já que os restantes 325 dólares deixariam de ser poupados pelo 4° grupo. Em outras palavras, o Governo pouparia 1.625 dólares, mas o 4° grupo deixaria de poupar 325. Já em relação ao 3° grupo, os 10% de imposto seriam inteiramente transformados em poupança do Governo, ou seja, haveria uma poupança de 88 dólares per capita. Dada a população dos dois grupos (900.000 para o 4° grupo e 8.100.000 para o 3° grupo) temos que haveria um aumento na poupança de 1.882.800 dólares (1.300 x 900.000 mais 88 x 8.100.000), correspondente a cerca de 6% da renda.

Este aumento de poupança, através do aumento de carga tributária, seria transformado em grandes investimentos públicos, altamente trabalho-intensivos. Cresceriam o emprego e os salários no primeiro e no segundo grupo. Com o aumento da participação na renda desses grupos, cresceria a procura por bens de consumo

simples, demandados por esses grupos e geralmente produzidos segundo técnicas trabalho-intensivos. O resultado seria novo aumento de emprego, até a eliminação do desemprego aberto e disfarçado ainda existente no país.

Esta proposta de Celso Furtado é extremamente atrativa, porque parte de uma análise objetiva da crise econômica brasileira e apresenta soluções socialmente favoráveis, na medida em que implicam em distribuição da renda. É uma proposta economicamente viável, ainda que radical. Não necessitará ser aplicada abruptamente. Precisarão levar em consideração as reações dos investidores privados, que seriam obrigados a reorientar seus investimentos. Entretanto, esta proposta possui limitação básica. É politicamente de muito difícil implantação. Exigiria um governo extremamente forte e independente dos interesses econômicos. Além disso, a proposta não considera suficientemente os efeitos negativos dessa redistribuição de renda sobre a expansão das indústrias tecnologicamente de ponta, que fornecem principalmente para os grupos mais abastados (3º e 4º grupos). Certamente tais efeitos podem ser contornados, mas esta não seria uma tarefa fácil. É sempre mais difícil caminhar contra a corrente. As indústrias tecnologicamente de ponta não só tendem a marcar o ritmo do desenvolvimento econômico brasileiro, mas também é em torno delas que os interesses econômicos mais atuantes politicamente estão concentrados.

Foi provavelmente uma análise desse tipo que levou o economista Antonio Barros de Castro a examinar uma outra alternativa para a economia brasileira⁷. Partindo de um perfil de demanda global semelhante ao apresentado por Celso Furtado, o economista da CEPAL observou que o 1º grupo encontra-se totalmente marginalizado do mercado brasileiro, enquanto que o 2º grupo participa apenas marginalmente desse mercado. Por outro lado, a história da industrialização brasileira é marcada pela produção de bens cada vez mais sofisticados tecnologicamente, destinados a uma parcela cada vez menor da população. No processo de substituição de importações foram inicialmente substituídos bens simples, de consumo geral. É o caso da indústria têxtil e da indústria de alimentação. À medida, porém, que avançava

⁷ - Esta alternativa foi proposta em uma conferência pronunciada na Universidade Católica de São Paulo, em 1968. Esta conferência não foi publicada, de forma que o autor responsabiliza-se pelas eventuais imprecisões com que apresentou a posição de Antônio Barros de Castro. Do autor, ver a colocação básica do problema em *Agricultura e Desenvolvimento no Brasil*, publicado em *7 Ensaios sobre a Economia Brasileira*, Forense, 1969, Rio de Janeiro. A possibilidade de o Brasil escapar à crise através da concentração de renda já tinha sido também sugerida pelo próprio Celso Furtado, *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina*, Civilização Brasileira, 1966, Rio de Janeiro, p. 84-86. Observava ele então que no Brasil, ao contrário do que aconteceria no Chile e na Argentina, a existência de um reservatório de mão-de-obra no setor pré-capitalista da economia permitiria que, através de um aprofundamento ainda maior da concentração de renda, a estagnação econômica fosse superada, imaginava, todavia, que tensões sociais frustrariam essa solução.

o processo de substituição de importações, as indústrias que permaneciam dinâmicas, com possibilidades de grande crescimento, começavam a produzir bens mais caros e mais sofisticados tecnologicamente, destinados apenas às classes mais elevadas. O automóvel, o gravador de alta fidelidade seriam exemplos de bens desse tipo.

Sendo corretas essas premissas, dizia Antonio Barros de Castro que, para superar a crise, o país teria que realizar um processo de concentração e não distribuição de renda. Esta concentração, porém, não deveria limitar-se apenas à classe capitalista, ao 4º grupo. Já vimos que esta foi uma das causas básicas da crise econômica de que estamos saindo. Deveria incluir também a classe média, representada pelo 3º grupo. E poderia ainda alcançar os escalões superiores do 2º grupo, que poderiam ir sendo transferidos para o 3º grupo. O 1º grupo e grande parte do 2º grupo deveriam ser mantidos com sua renda aproximadamente estagnada. Todos os aumentos de renda deveriam dirigir-se para os grupos intermediários e de altas rendas. Antonio Barros de Castro fazia estas constatações com desagrado, admitindo que socialmente a solução não lhe parecia recomendável. Mas do ponto de vista estritamente econômico, a solução seria concentrar a renda nos grupos intermediários e de altas rendas, na medida em que apenas estes grupos teriam possibilidades de manter em nível alto a demanda dos bens sofisticados, produzidos pelas indústrias dinâmicas do país.

Tudo indica que foi basicamente esta, e não a apresentada por Celso Furtado, a solução pela qual se encaminhou a economia brasileira após 1964. Está aí, provavelmente, uma das causas básicas da recuperação da economia do país, a partir de 1967. Esta solução não foi formulada pelos economistas do governo. Não foi portanto o resultado de uma política econômica deliberada e consciente. Entretanto, temos boas razões para estabelecer como hipótese, já que pesquisas definitivas sobre o assunto não existem, que a retomada do desenvolvimento que vem ocorrendo no Brasil está calcada em um processo de concentração de renda nas classes médias e altas.

Temos dois tipos de evidência para sustentar esta hipótese. Em primeiro lugar, não há dúvida que o Governo brasileiro, a partir de 1964, na medida em que é um governo de militares e tecnocratas, é um governo de classe média. Em vista disto vem, consciente ou inconscientemente, realizando uma política que beneficia especialmente a classe média. O programa do Banco Nacional de Habitação constitui um exemplo conspícuo a respeito. O Plano Nacional de Habitação foi formalmente estabelecido para a construção de casas populares. Na prática, porém, transformou-se em um excelente meio de financiamento para casas de classe média. A política salarial do governo, controlando rigidamente os salários da classe operária, mas deixando liberados os salários da classe média, é outro exemplo altamente significativo.

Por outro lado, em um momento em que as indústrias se tornam cada vez mais automatizadas e capital-intensivas, a tendência natural do mercado seria a de favorecer os grupos intermediários, em prejuízo das classes baixas. Esse tipo de indústria demanda, direta ou indiretamente, pessoal de nível médio em muito maior proporção, do que a indústria trabalho-intensivas.

Não nos baseamos, porém, apenas em dados indiretos e em inferências para afirmar que está ocorrendo um processo de concentração de renda no Brasil em benefício dos grupos de rendas médias e altas. Estudo realizado pelo Banco do Nordeste revelou que forte concentração de renda vem ocorrendo nas capitais dos estados do nordeste brasileiro. Segundo essa pesquisa:

— Em Recife, os 40% mais pobres da população, que recebiam 16,5% da renda total em 1960 passaram a receber 11,5% em 1967;

— Em Salvador, os 20% mais pobres da população que recebiam 5,3% da renda total em 1960, passaram a receber 3,8% em 1966;

— Em Fortaleza, os 20% mais pobres da população que recebiam 8% da renda em 1962, passaram a receber 5,3% em 1965.

O mesmo fenômeno ocorreu em Natal, João Pessoa, Maceió, Campina Grande e São Luiz, onde também essa pesquisa foi realizada.

O Quadro III apresenta os dados completos a respeito do problema.

Outra evidência a respeito é a que vem se verificando entre o salário mínimo e o salário médio. Enquanto o primeiro cai, em termos reais, de ano para ano, o segundo tem se revelado ascendente.

A revista Visão (23-5-70) publicou estudo sobre a evolução do salário mínimo real que demonstra que o mesmo manteve sua tendência descendente durante toda a década. Tomando-se como base os preços de maio de 1969, o salário mínimo real, que era de 331,50 cruzeiros em 1959, cai sistematicamente, todos os anos, até alcançar 187,20 cruzeiros em 1970. O Quadro III mostra essa queda constante, a qual é especialmente pronunciada de 1964 para 1965, caindo 20% apenas nesse ano.

Quadro III - Salário-Mínimo Real

Mês e Ano	Salário-Mínimo Nominal - Cr\$	Deflator Índice Custo de Vida 1965/67: 100	Salário-Mínimo Real - Cr\$ preços de maio de 1969
Janeiro 1959	5,90	4,04	331,50
Outubro 1960	9,44	7,08	302,65
Outubro 1961	13,216	10,1	297,02
Janeiro 1963	21,00	16,3	292,55
Fevereiro 1964	42,00	34,1	179,55
Março 1965	66,00	64,9	230,80
Março 1966	84,00	90,1	211,60
Março 1967	105,00	122	195,36
Março 1968	129,60	151	194,83
Mai 1969	156,00	187	189,37
Mai 1970	187,20	227	187,20

Em contrapartida, dados da Fundação IBGE, publicados nesse mesmo número de Visão, revelam que o salário médio real vem apresentando tendência ascendente no Estado de São Paulo. A preços de fevereiro de 1969, o salário médio real, que era de 405,66 cruzeiros em 1965 subiu para 534,05 cruzeiros em 1970, conforme podemos observar pelo Quadro IV.

Quadro IV - Salário Médio no Estado de São Paulo

Mês e Ano	Salário Médio Nominal - Cr\$	Deflator	Salário Médio Real Cr\$ (preços fev/1969)
Março 1965	119,7	64,9	405,66
Março 1967	219,55	122	466,00
Março 1968	267,82	147	400,66
Mai 1969	400,48	187	470,96
Fevereiro 1970*	534,05	220	534,05

* Os dados disponíveis são de fevereiro de 1970

A conclusão que podemos tirar daí é muito simples, confirmando a nossa hipótese inicial: está-se realizando um processo de concentração de renda da classe média para cima. O salário mínimo é uma indicação, ainda que imperfeita, da remuneração das camadas mais pobres da população. Segundo os dados do Ministério do Trabalho, em São Paulo, a cidade mais rica do Brasil, cerca de 30% dos empregados recebem salário mínimo. Já o salário médio é influenciado, de um lado pelo salário mínimo, e de outro, pelos salários elevados que são pagos aos operários especializados, aos mestres, aos técnicos, ao pessoal de escritório, aos engenheiros, às funções técnicas e burocráticas típicas de classe média desde a baixa classe média até a alta classe média. Se o salário mínimo cai e, mesmo assim o salário médio cresce, é óbvio que isto está ocorrendo devido a uma redistribuição de renda em favor daqueles que recebem os maiores salários.

É certo que também se poderia explicar o fenômeno com a hipótese de que o salário mínimo é cada vez menos significativo, na medida em que as indústrias passam a pagar acima do salário mínimo a seus operários e empregados. Entretanto, embora seja correta a afirmação de que já há um grande número de empresas pagando acima do salário mínimo, este continua uma base ou referência para o estabelecimento dos salários dos trabalhadores não especializados ou semi-especializados. A hipótese de concentração de renda nos níveis salariais mais elevados, portanto, além de está coerente com a análise que estamos realizando, parece muito mais significativa para explicar as tendências inversas que o salário mínimo e o salário médio vêm apresentando.

Quadro V - Distribuição da Renda Pessoal 1960/1970

Camada da População	Participação percentual da renda total	
	1960	1970
40% mais pobres	11,20	9,50
10% seguintes	6,49	4,69
10% seguintes	7,49	6,25
10% seguintes	9,03	7,20
10% seguintes	11,31	9,63
10% seguintes	15,61	14,83
10% mais ricos	38,87	48,35
Total	100,00	100,00
30% mais ricos	65,79	72,81
5% mais ricos	27,35	36,25
1% mais rico	11,72	17,77

Fonte: José Carlos Duarte, op. cit., pgs. 40 e 46

Este trabalho já estava pronto quando tomamos conhecimento do estudo definitivo sobre a concentração de renda no Brasil, realizado por João Carlos Duarte, sob orientação de Rodolfo Hoffmann, com base nos Censos de 1960 e de 1970.⁸ Nesse trabalho, Duarte estabelece a curva de distribuição da renda pessoal no Brasil para aqueles dois anos e observa que “parece inegável que, no período em estudo, a concentração da renda na cúpula da distribuição reforçou-se, ao passo que a parte da população com renda inferior teve sua participação percentual na renda total reduzida. A metade da população remunerada situada no extremo inferior da distribuição viu cair sua participação na renda total de 17,7% para 13,7%. Em que pese um aumento de 79% no PIB (*Conjuntura Econômica*, 1971, Vol. 25, n.º 9), esse grupo manteve inalterado seu nível médio de rendimento no período. Se considerarmos que a porcentagem de receptores de renda baixou de 35,4% para 31,4% entre os dois Censos analisados, deduziremos que a renda “per capita” dessa parte da população pode ter sofrido alguma redução”. No Quadro VI temos de fazer comparação completa entre as duas curvas de distribuição de renda. A concentração de renda é especialmente forte entre os 10% mais ricos da população, que passam de 38,87% da renda para 45,35% da renda.

⁸ João Carlos Duarte, “Aspectos da Distribuição de Renda no Brasil em 1970”, Dissertação de Mestrado apresentada à Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” da Universidade de São Paulo, 1971, Piracicaba.

Quadro VI - Salários Reais em 1970 e 1970

Porcentagem da	Renda Média Real a preços de 1949		r2/r1
População	1960 (r1)	1970 (r2)	
50% mais pobres	3,62	3,64	1,01
10% seguintes	7,67	8,30	1,08
10% seguintes	9,25	9,56	1,03
10% seguintes	11,58	12,76	1,10
10% seguintes	15,99	19,65	1,23
10% mais ricos	39,90	64,14	1,61
5% mais ricos	56,02	96,16	1,72

Fonte: José Carlos Duarte, op. cit., pg. 42

Por estes dados, todavia, dado o imenso aumento da renda entre os 10% mais ricos, poder-se-ia imaginar, todos os demais grupos perdem posição relativa. Nesses termos, poder-se-ia concluir que ficaria refutada a hipótese da concentração de renda a partir da classe média. A renda concentrar-se-ia apenas na classe alta. Entretanto, é preciso lembrar que, já entre os 10% mais ricos, temos boa parte da classe média. Por outro lado, Duarte calculou a variação do salário real entre 1960 e 1970, por grupos de renda. Os dados levantados aparecem no Quadro VI. Enquanto os salários dos 50% mais pobres permaneciam estagnados (ou baixavam, dependendo do deflator usado), as demais classes, especialmente a partir dos 20% mais ricos, cresceram. Os maiores beneficiados do processo de concentração de renda que vem ocorrendo no Brasil são portanto os membros da classe capitalista, mas é indiscutível que a classe média vem também participando dos benefícios do desenvolvimento. Por outro lado, a grande maioria representada pela classe baixa permanece com sua renda média basicamente estagnada, marginalizada do processo de desenvolvimento.

Desenvolvimento das Indústrias Dinâmicas

Este processo de concentração de renda garantiu a manutenção do mercado em níveis elevados para as indústrias dinâmicas, tecnologicamente de ponta. A indústria automobilística, por exemplo, que vem sendo a base do movimento de recuperação do desenvolvimento econômico brasileiro, tem apresentado taxas elevadíssimas de desenvolvimento. A produção total de veículos aumentou em 24% em 1970, passando de 416.047 unidades em 1970 para 516.038 em 1971. A produção de automóveis de passageiros aumentou em 37%, passando de 249.920 veículos em 1970 para 342.214⁹

⁹ - Cf. *Conjuntura Econômica*, fevereiro de 1972, p. 30.

em 1971. Esta indústria independe inteiramente do crescimento da renda do 1º grupo. Para ela o que interessa é o crescimento do 3º grupo, inclusive pela incorporação de elementos do 2º grupo.

Este processo, que garantia mercado para os bens industriais das indústrias dinâmicas, adicionou-se um outro elemento (além da política conjuntural do governo) que visava permitir o crescimento da renda, dos investimentos sem um constante processo de redistribuição da renda. Referimo-nos aos estímulos às exportações de manufaturados realizados pelo governo. Estes estímulos, altamente necessários, têm também a característica de compatibilizar concentração de renda e desenvolvimento. Os investimentos podem ser realizados sem que, em última análise, aumente o consumo. Os produtos finais são exportados, ao invés de consumidos internamente. A importação derivada das exportações pode concentrar-se na compra de matérias-primas e equipamentos destinados a elevar a produção exportável. E assim entramos em um ciclo em que o sistema capitalista se mantém dinâmico, independentemente de redistribuição da renda e elevação do consumo interno.

A recuperação da economia brasileira nos anos recentes está portanto, em suas bases, relacionada a dois fenômenos ligados a distribuição da renda. De um lado, temos o fenômeno previsto por Antonio Barros de Castro, que concentrou renda a partir da classe média; de outro lado, temos os estímulos às exportações, que compatibilizaram desenvolvimento com concentração de renda. Ambos os fenômenos podem ser considerados negativos do ponto de vista social. Estamos simplesmente analisando o desenvolvimento brasileiro. E o desenvolvimento é um fenômeno histórico ao qual não devem ser atribuídas conotações valorativas. Este é um erro muito cometido. Pretende-se que só há desenvolvimento econômico quando toda a população está beneficiada, através do processo de distribuição de renda. Infelizmente (permitam-nos esta interferência valorativa), esta afirmação não é correta. É produto de um tipo de raciocínio idealista ao invés de histórico. A revolução industrial inglesa, por exemplo, foi, historicamente, um processo de grande desenvolvimento econômico. Ao mesmo tempo, foi um período de concentração de renda e pauperização das classes camponesas, obrigadas a transformar-se em operários. Foi necessário um século para que esta tendência se invertesse, e começasse a ocorrer a efetiva elevação do padrão de vida da classe operária inglesa.

Isto não significa que, em pleno Século XX, dois séculos depois da Revolução Industrial Inglesa, devamos repetir a mesma experiência. Entre 1930 e 1955, por exemplo, acreditamos que este fenômeno de concentração de renda não chegou a ocorrer no Brasil de forma muito acentuada, na medida em que o modelo de substituição de importações estava baseado, inicialmente, na implantação das indústrias de bens leves de consumo. A partir de 1955, porém, tudo indica que o desenvolvimento econômico brasileiro passou a ter por base um processo de concentração de renda nas classes médias e altas. E foi essa concentração um dos fatores básicos que permitiu, depois de um período de crise, que a economia brasileira se recuperasse.

Finalmente, é preciso admitir que este modelo baseado na concentração de renda e no abandono do 1º grupo, apesar de socialmente injusto, é economicamente viável por um longo período. Enquanto for possível aumentar a renda do 3º e do 4º grupo, a economia poderá continuar dinâmica, apesar da miséria de mais de 50% da população brasileira.

O Novo Modelo de Desenvolvimento

Temos agora condições de examinar o novo modelo de desenvolvimento brasileiro, cujas características aos poucos vão se delineando, a partir de 1964, com a revolução militar que então ocorre, e principalmente de 1967, com a retomada do desenvolvimento econômico. O modelo de substituição de importações está definitivamente superado. O novo modelo de desenvolvimento tem características inteiramente diversas. No plano político, o populismo, o nacionalismo desenvolvimentista, e a tentativa de atribuir a liderança econômica e política do país à classe em ascensão dos empresários industriais são fenômenos totalmente superados. No plano econômico, o coeficiente de importações não está mais baixando. Pelo contrário, tende a aumentar. Nossa pauta de exportações não permanece estagnada nem quantitativa, nem qualitativamente. Pelo contrário, nossas exportações aumentaram de uma forma dramática a partir de 1966 e nossa pauta de exportações diversificou-se rapidamente, com um grande crescimento da exportação de manufaturados. Alguns produtos estão ainda tendo sua importação sendo substituída pela produção interna, mas o fator dinâmico do desenvolvimento industrial brasileiro deixou de ser o processo de instalação de novos setores industriais e conseqüente substituição das importações por produção nacional. Baseia-se agora no crescimento do mercado interno e externo e no aprofundamento dos setores industriais já instalados.

Da mesma forma o modelo político de desenvolvimento brasileiro, que prevaleceu entre 1930 a 1961, baseado em uma aliança da burguesia nacional nascente com as correntes populistas e as forças de esquerda, em torno do industrialismo, do nacionalismo e do intervencionismo moderado, entrou em colapso já a partir de fins dos anos cinqüenta.¹⁰ A Revolução de 1964 preencheu o vácuo político causado pelo colapso daquela aliança política. Adotou inicialmente um projeto liberal¹¹, na medida em que foi realizada com a participação da classe média tradicional e dos grupos

¹⁰ - Cf. Luiz Carlos Bresser-Pereira, "O Empresário e a Revolução Industrial Brasileira", *Revista de Administração de Empresas*, vol. III, n. 8, julho/setembro de 1963. Ver também, *Desenvolvimento e Crise no Brasil*. op. cit., cap. IV.

¹¹ - Usamos a expressão "liberal" no sentido clássico e não no sentido norte-americano. Opomos "liberal" a "intervencionista" no plano econômico e a "autoritário" no plano político, e não a "conservador" como geralmente fazem os norte-americanos.

oligárquicos que representavam a oposição no modelo político anterior. O projeto declarado do Governo Castelo Branco era o de restabelecer rapidamente a democracia representativa no país e implantar um sistema capitalista liberal, com a redução da participação do governo na economia. Mas também esse projeto foi rapidamente abandonado.

O modelo político de desenvolvimento que hoje se esboça no Brasil poderia ser chamado de tecnoburocrático-capitalista. Está baseado em uma aliança entre a tecnoburocracia¹² militar e civil de um lado, e o capitalismo internacional e nacional do outro. Esta aliança apóia-se por sua vez em um modelo econômico de desenvolvimento que se caracteriza pela modernização da economia, pela concentração da renda nas classes altas e médias e pela marginalização da classe baixa.

Na verdade, o modelo econômico e político de desenvolvimento tecnoburocrático-capitalista constitui um todo único, que, no plano de abstração em que estamos trabalhando, exige uma análise integrada. Poderíamos também chamar a esse modelo de desenvolvimento de “capitalismo de estado”, mas entendemos que esta denominação retiraria ao modelo, grande parte de sua especificidade. Temos, de fato, no Brasil, um modelo de desenvolvimento baseado no controle tecnoburocrático do governo por parte dos militares, dos técnicos e dos burocratas civis, e no controle capitalista da produção por esse mesmo governo e pelos grupos capitalistas nacionais e principalmente internacionais.

Os militares, que assumiram o poder em 1964, constituem um grupo tecnoburocrático por excelência. Originam-se de uma organização burocrática moderna como são as forças armadas. Possuem preparo técnico, administram recursos humanos e materiais consideráveis. Adotam sempre os critérios de eficiência próprios da tecnoburocracia. Como se não bastassem, chamaram imediatamente para participar do governo os tecnoburocratas civis. Estes dois grupos, de origem na nova classe média, a partir especialmente do Governo Costa e Silva assumiram plenamente as rédeas do governo, e colocaram como seus objetivos básicos o desenvolvimento econômico e a segurança.

Por outro lado, já a partir de 1964 o capitalismo nacional e internacional fora chamado para participar do sistema. As tendências economicamente liberais da Revolução de 1964 explicam inicialmente este fato. A idéia inicial era a de realmente entregar o poder ao grupo capitalista, dentro dos moldes clássicos do capitalismo liberal. Entretanto, em pouco tempo o grupo tecnoburocrático verificou que possuía suficiente força e suficiente capacidade técnica e organizacional para se manter no poder em seu próprio nome. Verificou que poderia liderar uma política desenvolvimentista, em estreita aliança com o capitalismo nacional e internacional.

¹² - Para um aprofundamento do conceito e significado de tecnoburocracia consulte-se Luiz Carlos Bresser-Pereira, *Tecnoburocracia e Contestação*, Petrópolis: Editora Vozes, 1972.

Estavam assim estabelecidas as bases do modelo de desenvolvimento tecnoburocrático-capitalista para o Brasil. Este modelo baseia-se no grande governo tecnoburocrático e na grande empresa capitalista. O grande governo tecnoburocrático controla diretamente uma imensa parcela da economia nacional, planeja o desenvolvimento, estabelece a política fiscal, monetária, financeira, salarial, habitacional, e intervém diretamente na economia através das grandes empresas públicas. A grande empresa capitalista e a grande empresa pública incumbem-se da produção. Adotam uma tecnologia moderna, recebem estímulos fiscais e creditícios do governo, captam a grande parte da poupança nacional através da obtenção de grandes lucros e, secundariamente, do recurso ao mercado de capitais.

Grande governo tecnoburocrático e grande empresa capitalista complementam-se. O grande governo além de controlar a economia em geral, produz energia elétrica, transportes, aço, petróleo, comunicações. A grande empresa capitalista, principalmente a internacional, controla, por sua vez, a indústria de transformação, particularmente a indústria automobilística, a indústria de bens de capital, a indústria de bens duráveis de consumo, a indústria eletrônica, a petroquímica. Em relação a esta última, e também em relação à mineração e ao setor financeiro internacional, a aliança entre o governo e o capitalismo internacional torna-se explícita, através de acordos firmados pela Petrobrás, pela Vale do Rio Doce e pelo Banco do Brasil.

Esta aliança estabelece as bases de uma nova dependência — de uma dependência tecnológica e política. Não se trata mais da dependência colonialista, anti-industrializante, que caracterizava a aliança da oligarquia agrário-comercial com o capitalismo internacional no Século XIX e primeira metade do Século XX. Depois que o capitalismo internacional estabeleceu no Brasil suas próprias indústrias, principalmente nos anos cinqüenta, sua oposição à industrialização brasileira naturalmente desapareceu. Continuavam a existir uma série de limitações ao nosso desenvolvimento industrial, especialmente quando houvesse conflito entre os interesses da matriz com os da filial ou subsidiária no Brasil. Continuavam também a existir grupos, como é o caso do café solúvel, que, por não terem tido oportunidade de se estabelecer no Brasil, opunham-se à nossa industrialização. De um modo geral, porém, o capitalismo internacional passou a interessar-se diretamente na industrialização brasileira, na medida em que isto significava excelentes possibilidades de lucros e de acumulação de capital.

Uma segunda característica diferenciadora da nova aliança era a de que esta não coloca o parceiro brasileiro em posição nitidamente subordinada, como era o caso da aliança da oligarquia agrário-comercial com o capitalismo internacional. Na atual aliança o capitalismo nacional é ainda elemento subordinado, tanto ao capitalismo internacional quanto ao governo tecnoburocrático. Este, porém, é parceiro igual. Participa de uma aliança que lhe interessa, na qual ele faz concessões, mas à qual ele não se subordina necessariamente. O governo brasileiro é hoje suficientemente forte e representa com suficiente coerência e coesão os interesses da nova classe média

tecnoburocrática para poder desempenhar um papel, no jogo político do poder, em seu próprio nome.

O governo não é mais um simples representante do poder econômico capitalista, como poderia pretender uma análise marxista ortodoxa. O desenvolvimento sem precedentes, em progressão geométrica, da técnica em geral e da técnica administrativa de dirigir grandes organizações transferiu poder para a tecnoburocracia governamental. Por outro lado, o crescimento extraordinário do aparelho estatal, seu controle direto de uma quantidade já enorme e sempre crescente de meios de produção, conferiu ainda mais autonomia ao sistema tecnoburocrático.

Nesses termos, o grande governo tecnoburocrático tem hoje condições de ser parceiro e mesmo, até um certo ponto, controlar o capitalismo internacional em sua ação dentro do Brasil. Tem também condições, apesar dessa aliança, de tomar medidas nacionalistas, como aconteceu no caso do café solúvel, dos fretes marítimos das 200 milhas de mar territorial, na Transamazônica, na limitação ao controle dos bancos pelo capitalismo internacional.

Apesar dessa aliança se realizar entre parceiros relativamente iguais, porém, o modelo não perde suas características de modelo de desenvolvimento dependente. Trata-se de uma nova dependência, que, ao invés de ser colonizante e anti-industrializante, é desenvolvimentista. O desenvolvimento, porém, é feito através da integração do Brasil no sistema capitalista internacional, do qual ele se transforma em um apêndice sem autonomia tecnológica, sem autonomia em matéria de acumulação de capital e através da marginalização de grande parte da população que não se integra no processo de desenvolvimento do país. A dependência tecnológica em relação ao exterior acentua-se, na medida em que as empresas estrangeiras, muito naturalmente, não se preocupam em desenvolver uma tecnologia nacional. Por outro lado, através da aferição de altas taxas de lucro pelas empresas estrangeiras, uma parcela crescente da poupança nacional vai saindo do nosso controle, ao mesmo tempo em que se processa um permanente processo de desnacionalização da economia.

Os interesses do capitalismo internacional e do capitalismo nacional, nessa aliança com o grande governo tecnoburocrático são evidentes. Na medida em que o capitalismo nacional não tem condições de assumir o poder político, resta-lhe a alternativa de aliar-se a esse poder político, para auferir boa parte dos benefícios do sistema. Os interesses do governo tecnoburocrático, embora menos óbvios, são também discerníveis. Por um lado, seus representantes pertencem à classe média, que também está sendo beneficiada pelo novo modelo de desenvolvimento. Por outro lado, de acordo com a ideologia eficientista ou desenvolvimentista e ao mesmo tempo conservadora e voltada para a segurança do sistema, que caracteriza as elites tecnoburocráticas, é muito mais fácil, seguro e eficiente realizar esta aliança, dando apoio ao sistema capitalista e deixando que o mesmo se desenvolva de acordo com sua dinâmica própria, do que partir para um arriscado processo de distribuição de renda, que exigiria profundas alterações não só na estrutura da demanda, mas também da

oferta global. Os interesses do capitalismo internacional, finalmente, são evidentes. É ele quem domina a indústria capital-intensiva, tecnologicamente de ponta, que foi colocada na vanguarda do novo modelo de desenvolvimento econômico do país. Se a tecnoburocracia é o grande beneficiário do sistema do ponto de vista político, ou seja, do ponto de vista do poder, o capitalismo internacional é o seu grande beneficiário do ponto de vista econômico.

Estas observações finais a respeito do modelo político de desenvolvimento, baseado na aliança da tecnoburocracia governamental com a grande empresa capitalista internacional, nos introduzem ao novo modelo econômico de desenvolvimento em que o Brasil entrou nos últimos anos. Da mesma forma que fizemos com o modelo político, delinearemos apenas os traços fundamentais desse modelo, complementando a análise que realizamos sobre a distribuição de renda e a recuperação da economia.

Do lado da oferta, ou seja, do lado da organização do sistema produtivo, este modelo caracteriza-se pelo fenômeno que Maria Conceição Tavares e José Serra chamam de “heterogeneização progressiva da economia brasileira”.¹³ A economia, ao esgotar-se o modelo de substituição de importações, pode ser dividida grosseiramente em um setor moderno e em um setor tradicional. O setor moderno é constituído pelas grandes empresas capitalistas e públicas, seja no setor industrial, seja no financeiro e no comercial. É caracterizado especialmente, embora não exclusivamente, pelas indústrias tecnologicamente de ponta, que usam tecnologia importada altamente capital-intensiva. Em contrapartida, o setor tradicional é constituído apenas de grande parte do setor agrícola e das atividades artesanais, mas também da pequena e média indústria. Este setor produz bens pouco sofisticados, adotando uma tecnologia relativamente simples. Fazem parte ainda desse setor o pequeno comércio e os serviços voltados ao atendimento da classe baixa.

O setor moderno distingue-se do tradicional principalmente pela adoção de uma tecnologia extraordinariamente mais avançada e capital-intensiva. Este diferencial de produtividade, somado à sua maior dimensão, permite-lhe apropriar-se de grande parte da poupança e, conseqüentemente, possibilita-lhe controlar o grosso da acumulação do capital, em conjunto com o governo. Nos setores em que o setor moderno e o tradicional coexistem, dedicados ao mesmo tipo de produção, o diferencial de produtividade não leva necessariamente à expulsão do mercado do produtor tradicional, mas à garantia de elevada taxa de lucro para o produtor moderno.

Este setor moderno além de contar com a vantagem de sua tecnologia mais avançada, seja no plano técnico propriamente dito, seja no plano administrativo e organizacional, recebe ainda toda uma série de estímulos por parte do governo. Coerente com sua política de basear o desenvolvimento do país no crescimento da grande empresa, o governo propicia e estimula fusões, concede vantagens fiscais,

¹³ - Cf. Maria Conceição Tavares e José Serra, op. cit., p. 25-37.

concede créditos especiais desenvolve o mercado de capitais. Resulta daí, pelo menos a curto prazo, e veremos mais adiante — também a longo prazo, o processo de heterogeneidade progressiva da economia.

O modelo se completa, através da reestruturação do lado da procura que examinamos anteriormente. Podemos dividir também a demanda agregada em dois setores, que correspondem aproximadamente mas não exatamente aos dois setores produtivos. Os dois setores do lado da demanda, seriam o da classe média e alta, de um lado, correspondendo a aproximadamente a 30% da população brasileira, e o da classe baixa, representando os restantes 70% da população. O primeiro setor consome principalmente bens de luxo, os automóveis, os bens de consumo durável, e os serviços que são produzidos pelo setor moderno tecnologicamente de ponta. A concentração de renda na classe alta e na classe média favorece, assim, um desenvolvimento ainda maior das grandes empresas capitalistas nacionais e internacionais e das empresas públicas. Todas essas grandes empresas, por sua vez, na medida em que são altamente capital-intensivas e tecnologicamente sofisticadas, aumentam sua procura de pessoal especializado e de pessoal administrativo, ao invés de aumentarem sua procura de pessoal não especializado. Aumenta, assim, o emprego para a classe média, enquanto, acentua-se a marginalização da classe baixa. Completa-se, assim, um círculo de desenvolvimento, em que o desenvolvimento do setor moderno permite a concentração da renda na classe média e alta, e esta concentração, por sua vez, estimula o crescimento do setor moderno. Ficam excluídas do processo tanto o setor produtivo tradicional quanto a classe baixa, que são marginalizados do processo de desenvolvimento.

Do lado da demanda deve ainda ser observado que, além do processo de concentração de renda nas classes média e alta, que também são grandes consumidores, um outro fenômeno reforça o modelo, compatibilizando concentração de renda com desenvolvimento. Referimo-nos às exportações, que cresceram extraordinariamente no Brasil nos últimos anos. Não só o país está vencendo o grande teste de exportar manufaturados, mas também encontra uma forma através da qual os bens de consumo produzidos não necessitam ser consumidos internamente. São exportados, e, em contrapartida, importam-se maquinaria e matérias-primas. Não é necessário, assim, que cresça o poder aquisitivo dos consumidores proporcionalmente ao crescimento da produção.

Este modelo de desenvolvimento foi recentemente objeto de um estudo econométrico de simulação, realizado pelos professores Samuel A. Morley e Gordon W. Smith. Concluíram eles que, “quanto mais regressivo for o esquema de distribuição de renda, maior será a taxa de desenvolvimento industrial, em boa parte devido à importância dos bens de consumo duráveis, especialmente automóveis e de suas

indústrias fornecedoras —borracha, maquinaria, metais e gasolina”¹⁴. Entretanto, eles verificaram também que o efeito negativo de uma distribuição de renda mais equitativa seria pequeno na taxa de desenvolvimento do país. A simulação que realizaram com o padrão de distribuição de renda mais progressivo apresentava uma taxa de crescimento industrial apenas 0,8% menos do que aquela realizada com o padrão de distribuição de renda mais regressivo ou concentracionista.

Esta análise, embora confirmando a teoria de que a concentração de renda está associada positivamente com o desenvolvimento econômico recente no Brasil, dá nova força à tese distributivista de Celso Furtado, na medida em que verificamos que, mesmo sem todo o plano de intervenção do Estado na economia proposto por Furtado, a taxa de crescimento industrial seria pouco reduzida com uma distribuição de renda socialmente mais justa.

Entretanto, claramente não é o modelo Celso Furtado que está sendo aplicado ao Brasil, e sim o modelo de concentração de renda. Quando este modelo é apresentado a representantes da classe média e da classe alta, é comum ouvirmos do interlocutor a afirmação de que este modelo é de curto e médio prazo; a longo prazo, segundo a versão, a renda terá necessariamente que redistribuir-se, as populações marginalizadas terão que se integrar e o setor tradicional deverá homogeneizar-se com o moderno da mesma forma que ocorreu nos Estados Unidos e na Europa.

Infelizmente, esta análise não é necessariamente verdadeira. Podemos reduzir a economia brasileira a um modelo bastante simplificado em que teríamos dois setores: o setor A, constituído basicamente da classe capitalista e da classe alta e correspondendo aproximadamente ao setor moderno da economia (indústria moderna, governo e serviços urbanos), e o setor B, constituído pela classe baixa, em grande parte marginalizada, e correspondendo aproximadamente ao setor tradicional da economia. O país teria uma população de 100 milhões de habitantes, 70% dos quais no setor B e 30% no setor A. A renda total seria de 45 bilhões de dólares, correspondendo a uma renda per capita de 950 dólares. O setor A controlaria 2/3 da renda, e teria uma renda per capita de 1.000 dólares, ficando o setor B com uma renda per capita de 214,3 dólares.

Imaginemos, agora, que a população cresça à mesma taxa de 3% em ambos os setores, e que a renda cresça à taxa de 3% no setor tradicional (hipótese de marginalização do setor tradicional, portanto, com estagnação da renda per capita). Bastará que o setor moderno cresça à taxa de 9% para que a economia como um todo cresça à taxa de 7% ao ano.

Entretanto, para crescer à taxa de 9% o setor moderno não precisará necessariamente recorrer ao mercado e à mão-de-obra do setor tradicional. Do

¹⁴ - Samuel A. Morley e Gordon W. Smith, "The Effect of Chances in the Distribution of Income on Labor Foreign Investment and Growth in Brazil", Program of *Development Studies*, Paper n. 15, 1971, Texas: Price University, p.11 - Idem, p. 12.

mercado de classe baixa já vimos que o sistema não terá necessidade, na medida em que prossiga o processo de concentração de renda na classe média e alta, pertencentes ao setor moderno. Em relação à mão-de-obra, tudo dependerá da tecnologia empregada. Imaginemos um investimento líquido anual (deduzida a depreciação) de 5.400 bilhões de dólares, dos quais 4.500 sejam realizados no setor moderno. Teremos assim uma relação global investimento-renda de 12%, sendo 15% para o setor moderno, capital-intensivo, e 6% para o setor tradicional. Se acrescentarmos 6% de depreciação teremos uma taxa bruta de acumulação de capital de 18%. Partindo da taxa de acumulação líquida, o setor moderno (setor A) deverá ter uma relação produto-capital marginal de 0,6 para que se obtenha um crescimento de 9% ao ano. Imaginemos, por outro lado, que a oferta anual de mão-de-obra do setor moderno para o próprio setor moderno seja de aproximadamente 310.000 pessoas. Podemos chegar a essa cifra estimando a população do setor moderno, na época em que estavam nascendo as pessoas que hoje começam a se oferecer no mercado de trabalho em 20 milhões, admitindo uma taxa de crescimento de 3% e supondo que 70% dos que chegam à idade de trabalhar se ofereçam ao mercado de trabalho.

Teríamos, assim, no setor moderno um investimento de 4.500 milhões de dólares para uma oferta de trabalho do próprio setor de 310 mil pessoas. Isto nos dá uma relação marginal capital-trabalho “de equilíbrio” de 15 mil dólares. Esta relação deverá ser comparada com a relação marginal capital-trabalho “técnica” do setor moderno. Esta relação nos dará quantos dólares serão necessários para empregar um trabalhador adicional. Será a média ponderada das diversas indústrias, dos serviços e das atividades governamentais do setor moderno. Deverá levar em consideração também a expulsão de trabalhadores causada pela substituição de técnicas trabalho-intensivas por técnicas capital-intensivas. Este fator deverá elevar consideravelmente uma relação capital-trabalho já provavelmente elevada devido à tecnologia capital-intensiva empregada.

Caso a relação “técnica” seja igual à de “equilíbrio”, isto significará que o setor moderno estará em equilíbrio em matéria de mão-de-obra, ou seja, não necessitará absorver mão-de-obra do setor tradicional. Se a relação técnica for maior do que a de equilíbrio, teremos desemprego no próprio setor moderno. E apenas se a relação técnica for menor do que a de equilíbrio é que teremos absorção de mão-de-obra do setor tradicional. Bastará, portanto, que a relação técnica capital-trabalho seja igual ou maior do que 15 mil dólares para que se cumpra a condição marginalização permanente da grande maioria da população do progresso de desenvolvimento.

Não existem estudos disponíveis que meçam essa relação técnica marginal capital-trabalho. Entretanto, uma observação geral pode ser feita. Os investimentos hoje, no setor moderno, são altamente capital-intensivos. Empregam muito menos mão-de-obra por unidade de capital do que na fase aproximadamente correspondente de desenvolvimento dos países hoje desenvolvidos. Além disso expulsam mão-de-obra empregada de acordo com técnicas tradicionais, trabalho-intensivas. Nestes termos, é perfeitamente aceitável imaginar que o setor moderno não necessitará, em quantidade

muito reduzida, de mão-de-obra do setor tradicional, a continuar a tendência atual do modelo de desenvolvimento do país. A alta intensividade dos investimentos que estão sendo realizados deixa de ser uma causa de subdesenvolvimento e crise, como em certos momentos chegamos a pensar, para se tornar uma causa de desenvolvimento, com marginalização econômica e social. Porque este fenômeno de marginalização não ocorreu no caso do desenvolvimento dos Estados Unidos ou dos países europeus, isto não significa que não possa ocorrer no Brasil, cujo desenvolvimento ocorre 100 anos depois.

Este modelo de desenvolvimento tecnoburocrático-capitalista, baseado na concentração de renda, em um novo tipo de dependência, e na marginalização permanente de grande parte da população é portanto economicamente viável. Não sabemos, porém, até que ponto é politicamente necessário. O máximo que podemos afirmar é que a aliança do governo tecnoburocrático, com a grande empresa capitalista nacional e internacional, e o processo de concentração de renda facilitam, hoje, o processo de desenvolvimento. Criam, todavia, distorções sociais profundas e uma dependência econômica e política que, mais cedo ou mais tarde terão que ser reavaliadas. Por isso, não é impossível imaginar que essa reavaliação do modelo de desenvolvimento venha a ocorrer no momento em que, de um lado, as pressões sociais dos grupos marginalizados eventualmente aumentarem, e, de outro, na ocasião em que a tecnoburocracia governamental começar a pôr em dúvida as vantagens da aliança com o capitalismo nacional e, principalmente, internacional. Nada assegura que isto venha a ocorrer. As tendências atuais são mesmo em sentido contrário. Mas também não há nenhum fator estrutural que impeça necessariamente essa mudança de tendência.

RÉSUMÉ

Depuis le 19^{ème} siècle jusqu'à 1930, l'économie brésilienne a suivi le modèle d'exportation des produits primaires qui a défini les caractéristiques générales de son sousdéveloppement. Depuis 1930, avec la crise du système capitaliste international, un nouveau modèle d'industrialisation appuyé sur la substitution des importations a été introduit et maintenu jusqu'à 1960. Au début des années 60, une grave crise économique s'est déclanchée qui a tout d'abord été confondue avec un processus de stagnation à long terme. En fait, ce n'était qu'une crise de transition.

Plusieurs facteurs économiques et politiques ont rendu plus sérieuse cette crise qui avait les causes structurales suivantes: (1) l'épuisement du modèle de substitution des importations, (2) la contraction des marchés et la capacité inutilisée des industries qui découlaient d'une concentration des revenus, elle-même une conséquence des investissements capital-intensifs caractéristiques de la dernière phase du modèle de substitution des importations, et (3) le taux élevé d'inflation qui prévalait dans l'économie.

La stratégie employée pour surmonter la crise, formulée en 1964 et partiellement reformulée en 1967, a établi les bases du nouveau modèle brésilien de développement. La stratégie générale s'est fondamentalement constituée par une concentration encore plus élevée des revenus. Cette concentration, cependant, ne s'est pas limitée à la classe capitaliste, dont les profits et les épargnes devaient être stimulés, mais a aussi favorisé la classe moyenne, consommatrice de biens durables. La classe inférieure, consommatrice de biens non-durables, a été marginalisée. On a ainsi stimulé les industries à technologie de pointe productrices de biens durables (principalement l'industrie de l'automobile), qui ont été transformées en industries "dynamiques" de l'économie. Le problème de la contraction des marchés a été ainsi résolu du côté de la demande. Simultanément, du côté de l'offre, les différences ont été encore marquées en ce qui concerne la productivité, la sophistication technologique. Les profits et les taux de croissance entre les industries "dynamiques et modernes" - auxquelles on pourrait ajouter les industries moyennes et les industries de base - et les industries "traditionnelles". Cette stratégie de concentration s'est surtout réalisée à travers d'une politique de salaires moyennant laquelle on essayait de combattre l'inflation.

Cependant, les résultats de cette politique ont été initialement négatifs et la crise est devenue plus grave, puisqu'on attribuait l'inflation à la demande et on employait tous les procédés orthodoxes pour frainer la demande globale. Depuis 1967, cette politique de contention de la demande a été radicalement reformulée, et un effort complémentaire d'expansion des exportations a été mis en marche. Les exportations ont été stimulées afin d'absorber l'excédent de la production industrielle et surtout afin de rendre compatible la croissance des revenus avec la concentration même de ces revenus. La compatibilité serait possible si les biens de consommation étaient exportés et si les biens intermédiaires et les biens de capital étaient importés.

Dans le domaine politique, l'auteur définit ce modèle comme technobureaucratique capitaliste, puisqu'il se fonde sur l'alliance entre la technobureaucratie civile et militaire qui contrôle le gouvernement et le capitalisme national et international. Ce secteur est le principal bénéficiaire de la politique économique parce qu'il contrôle les industries "modernes". Dans le domaine politique, l'auteur appelle ce modèle un "modèle de concentration des revenus avec marginalisation permanente". L'économie n'est pas menacée soit à court ou à moyen terme par une crise de sous-consommation. Le secteur moderne contrôle à peu près 30% de la production et plus de 70% des revenus, et il est relativement auto-suffisant en ce qui concerne le marché et la main d'oeuvre nécessaires à sa production. Dans ces termes, la perspective optimiste selon laquelle, à moyen ou du moins à long terme, toutes les classes sociales se bénéficieraient du développement ne semble pas être réaliste. Si un changement radical dans cette politique économique n'est pas entrepris, il sera possible de rendre le processus de développement économique à long terme compatible avec la marginalisation d'une proportion considérable de la population brésilienne.

SUMMARY

From the 19th century up to 1930, the Brazilian economy followed the primary export model which defined the general characteristics of its underdevelopment. After 1930, owing to the crisis of the international capitalist system, a model of industrialization based on the import substitution was inaugurated and prevailed until 1960. In the early 1960s, a serious economic crisis occurred, being at first mistaken for a process of long run stagnation. But it was really a transitional crisis.

This crisis, which was aggravated by a series of conjunctural economic and political factors, had the following structural causes: (1) the exhaustion of the import substitution model, (2) the narrowing of the markets and the industrial idle capacity, stemming from the high concentration of incomes, a consequence itself of the highly capital intensive investments that characterized the last stage of the import substitution model, and (3) the high rate of inflation which prevailed in the economy.

The strategy employed to overcome this crisis, which was formulated in 1964 and partially reformulated in 1967, established the bases of the new Brazilian model of economic development. The general strategy consisted basically in concentrating still further the incomes. This concentration, however, did not limit itself to the capitalist class, whose profits and savings were to be stimulated, but benefited the middle class as well and its consumption of durables. The lower class, consumer of light consumer goods, was marginalized. Thus, the technologically sophisticated industries producing durables were stimulated (principally the automobile industry), and were transformed into the dynamic industries of the economy. The problem of the narrowing markets was then solved from the demand side. Meanwhile, from the supply side, differences were further accentuated in productivity, technological sophistication, profits and growth rates between “dynamic and modern” industries - to which intermediate and basic industries could be added - and “traditional” industries. This concentration strategy was mainly implemented through a policy of wages in order to fight against inflation.

Nevertheless, the results of this policy were initially negative and the crisis was aggravated, since inflation was attributed to demand and all orthodox means were used to refrain the aggregate demand. In fact, inflation was mainly a consequence of costs. After 1967, this policy of refraining demand was drastically reformulated and an additional effort to increase exports was initiated. Exports were stimulated in order to absorb the surplus of industrial production and principally to make income increases compatible with income concentration. This would be possible provided that consumer goods were exported and intermediate and capital goods were imported.

In the political realm, the author defines this model as technobureaucratic capitalist, since it is based on an alliance between the civil and military technobureaucracy controlling government, and national and international capitalism.

This sector is the principal beneficiary of the economic policy because it controls the “modern” industries. In the economic sphere, the author calls the new Brazilian model a “model of income concentration and permanent marginalization”. The economy is not threatened by any underconsumption crisis either in the short or in the middle run. The “modern” sector controls almost 30% of the production and over 70% of the income, and is relatively self-sufficient as far as either markets or labour for its own activities are concerned. Thus the optimistic perspective that, in the middle or at least in the long run, all classes would benefit from development does not seem to be realistic. Unless a great change in the orientation of this economic strategy is observed, it will be possible in the long run to make the development process compatible with the marginalization of a considerable proportion of the Brazilian population.